



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mariane Silva Reghim

***Movimentos Sociais e o pensamento decolonial: da
abordagem hegemônica à geografia do
conhecimento.***

**Diogo Tourino de Sousa
Novembro de 2014**

Mariane Silva Reghim

***Movimentos Sociais e o pensamento decolonial: da
abordagem hegemônica à geografia do
conhecimento.***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Diogo Tourino de Sousa

**Viçosa – MG
Novembro de 2014**

AGRADECIMENTOS

Obrigada Inêz, José Luiz, Marina e Lucas por me apoiarem em minhas escolhas e ajudarem realizar meus sonhos. Saibam que sou muito grata por cada detalhe.

Xs amigxs que fiz em Viçosa, pelo companheirismo em todos os momentos e nas situações mais adversas. Obrigada por serem fundamentais e incríveis.

As/os professoras/es e ao DCS por me apresentarem ao mundo (des)encantado das ciências sociais e semearem o apreço ao conhecimento, a leitura, a pesquisa e a docência. E ao Diogo, em especial, pela contribuição inestimável à minha trajetória acadêmica.

Aos movimentos sociais por me fazerem acreditar que, através da luta coletiva, é possível tornar o mundo um lugar mais plural, mais justo e mais agradável.

E a cada trabalhador/a do Brasil que possibilitou meus estudos nessa instituição. Faço questão de retribuir com o melhor de mim.

REGHIM, Mariane Silva. **Movimentos Sociais e o pensamento decolonial: da abordagem hegemônica à geografia do conhecimento.** Monografia, Curso de Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014
Orientador: Prof. Diogo Tourino de Sousa

RESUMO

O presente trabalho se refere a análise dos movimentos em suas diversas vertentes e aponta caminhos de identificação com o pensamento decolonial. Possui como objetivo perpassar pelas teorias sociológicas clássicas e pós-coloniais, em seguida abordar as interpretações hegemônicas sobre os movimentos sociais, tanto as desenvolvidas nos Estados Unidos quanto na Europa, para, a partir do aporte teórico decolonial apontar gargalos e caminhos alternativos de análise e compreensão dos movimentos sociais na América Latina. A metodologia se baseou, exclusivamente, em revisão bibliográfica acerca dos temas componentes do trabalho. O trabalho justifica-se pela necessidade em buscar teorias e saberes que sejam frutos da realidade latino-americana para explicar os movimentos que aqui se organizam, de modo a desenvolver categorias e interpretações que pertençam a essa região.

Palavras Chave: Movimentos sociais – pensamento decolonial – América Latina

ABSTRACT

This work relates to the analysis of social movements in its various aspects and points out ways of identifying with decolonial thought. Has aimed pervade the classical sociological theories and postcolonial then address the hegemonic interpretations of social movements, both developed in the United States and Europe, and, from the theoretical basis point decolonial bottlenecks and alternative ways of analyzing and understanding of social movements in Latin America. The methodology was based solely on a literature review of the components of labor issues. The work is justified by the need to seek knowledge and theories that are the fruits of Latin American reality to explain the moves here are organized in order to develop categories and interpretations that belong to that region.

Key words: Social Movements - decolonial thought - Latin America

SUMÁRIO

1- Introdução	06
2 - Pensamento sociológico clássico.....	08
3- Pensamento sociológico decolonial	14
4- Movimentos sociais	17
<i>4.1 Teorias norte americanas.....</i>	<i>19</i>
<i>4.2 Teorias europeias</i>	<i>25</i>
<i>4.3 – Teorias no Brasil</i>	<i>28</i>
5-América Latina, pós-colonialismo e movimentos sociais	30
6-Considerações finais	33
Referência bibliográfica	35

1-Introdução

Movimento, segundo o dicionário Michaelis, é aquilo que se move, é movido e/ou se deixa mover, não permite a estagnação em apenas um ponto, ou seja, estar sempre em uma mesma posição e em relação a um mesmo referencial. Movimento social é aquele que não se move sozinho e tampouco se deixa mover de qualquer maneira, para qualquer lugar e a qualquer custo; é movido por pessoas, ideias, atitudes, vontades, anseios e muita luta.

Os movimentos sociais, sua definição, seus/suas participantes, atores/atrizes, demandas, causas, objetivos, processos, enfim, todas as singularidades que compõem essa expressão da vida em comunidade/societal podem ser, desse modo, explicados por seu contexto, por linhas interpretativas e intérpretes que concordam em alguns pontos e se distanciam em outros. Comparar um movimento operário europeu do final do séc. XIX com movimentos mais recentes, como as marchas de junho de 2013 no Brasil, ainda que, analiticamente, se encaixem na mesma categoria de movimentos sociais, pode vir a ser injusta se não atentarmos para questões temporais, conjunturais, conceituais e teóricas.

A criação de modelos interpretativos permite o diálogo entre autoras/es atemporais que refletiram sobre uma mesma questão. Neste caso: o que leva as pessoas a agirem conjuntamente? Pelo que essas pessoas agem? Quais seus motivos e razões? Qual a importância desses movimentos para as/os demais cidadãos/os? E, aquela que talvez cause mais burburinhos: será toda ação coletiva um movimento social? O que define um movimento social? Sua estrutura? Suas/seus militantes? Sua ideologia?

Assim como a questão: “o que é sociedade?” motivou a elaboração de diferentes referenciais e perspectivas, “o que são movimentos sociais?” também já foi eixo central para a interpretação da análise sociológica e política e tema de intenso debate acadêmico e militante acerca de seus limites e possibilidades, devido ao amplo campo de ação e interferência nos demais espaços da vida social.

O presente trabalho possui como primeiro objetivo resgatar teoricamente a transformação da interpretação dos movimentos sociais que permeia desde as análises clássicas norte americanas, que começa com a Escola de Chicago, avançando para as análises contemporâneas, como a Mobilização de Recursos e de Oportunidades Políticas e as interlocuções firmadas com os teóricos europeus, tanto dos paradigmas dos Novos Movimentos Sociais quanto dos adeptos do paradigma (neo) marxista.

Para isso, será necessário uma breve retomada do surgimento da sociologia e das diferentes linhas de análises elaboradas pelos seus fundadores, que inseriram a questão sobre como as transformações da era industrial interferiram na organização da sociedade e inseriram mudanças

estruturais que alteraram os modos de relações entre indivíduos e entre essas/es e a sociedade. Alterações que possibilitaram se questionar e responder cientificamente até que ponto tais alterações estão presentes nas vidas das pessoas. Esse resgate se justifica, principalmente, pela constante referência feita aos clássicos na elaboração da teoria sobre os movimentos sociais.

Em um segundo momento focar na contribuição e inovação das análises “pós-coloniais” ou “descoloniais” ou “decoloniais” ao pensamento ocidental sobre o desenvolvimento da ciência, de modo geral e das ciências sociais, de modo específico, contextualizando seu surgimento e principais expoentes, afim de criar uma base para argumentar sobre a relação entre os movimentos sociais e suas linhas interpretativas hegemônicas.

O segundo objetivo é problematizar de que modo a teoria decolonial permite compreender e esboçar novas relações de poderes que descolonizem o conhecimento, a nossa percepção acerca dos movimentos sociais enquanto categoria e atores sem, no entanto, deixar de buscar em suas raízes coloniais a compreensão dos processos civilizatórios empreendidos no Brasil e na América Latina. Ou seja, mobilizar novas maneiras de participação, novo cenário global, novas categorias como “glocal”, novas linguagens e as mídias sociais para se pensar os movimentos sociais na América Latina e no Brasil.

O presente trabalho possui caráter teórico e teve como principal metodologia a revisão bibliográfica sobre o surgimento e consolidação das ciências sociais, principais correntes teóricas sobre os movimentos sociais e abordagens sobre o pensamento decolonial.

A justificativa para explorar a produção hegemônica sobre o tema dos movimentos sociais, desde suas raízes históricas e sociopolíticas e apontar novos caminhos de abordagem para o tema, surge da inquietação em não conseguir, na maioria das vezes, compreender os acontecimentos nacionais com categorias e teorias que são importadas de outros países. Desse modo, para que possamos analisar os novos arranjos e movimentos no Brasil e na América Latina precisamos, concomitantemente, desenvolver análises que estejam mais adequadas a essa realidade.

Assim, explicitar gargalos teóricos de análises já consolidadas nos possibilitará explicar, entender e compreender essas manifestações que passam por transformações constantes através de concepções não hegemônicas. E, por fim, apontar caminhos de uma autonomia epistêmica e conceitual que possibilite buscar conhecimentos não ocidentais e em espaços até então desprezados pela ciência moderna.

2 Pensamento sociológico clássico

A revolução industrial, as transformações ocorridas no mundo do trabalho e no modo de organização da sociedade e, concomitantemente, no modo da sociedade produzir pensamentos e conhecimentos sobre si e os fenômenos que a afligem foram de fundamental importância para o surgimento da sociologia, especificamente, e das Ciências Sociais de modo geral. Não que antes disso não se tenha refletido sobre como nos organizamos e sobre como nossa vivência na terra pode ser explicada. No entanto, é a partir desse momento específico que a ciência, principalmente a natural, e depois as demais, passam a ser reconhecidas como o modo privilegiado de conhecimento e sabedoria.

O conhecimento sociológico, a princípio, se apropria dos termos e métodos das ciências naturais¹ para, cientificamente, sistematizar conhecimento sobre a realidade. Especificamente, nesse caso, a realidade europeia do séc. XVIII, feita por homens que ocupam posições privilegiadas nessa sociedade. Assim como o conhecimento nas ciências naturais, se presume universal, natural e inevitável (CASTRO, 1980), as ciências sociais europeias se tornaram, de fato, o conhecimento hegemônico que despreza quaisquer outras racionalidades. Tem seu mérito, é óbvio, de propulsora e construtora de um arcabouço, tido como base para boa parte do que foi desvelado após sua consolidação, além de proporcionar uma revolução no pensamento, mas que não podemos deixar de considerar seus custos.

A sociologia, como conhecimento emergente e imersa num contexto de profundas mudanças e inovações tecnológicas e sociais, vai conquistando autores e intérpretes que desenvolvem diferentes linhas de análises propondo diferentes métodos, concepções, funcionalidades e atribuições para a nova ciência. Dentre os vários eixos possíveis, para os fins desse trabalho, nessa primeira parte vou utilizar como mote fundamental a relação indivíduo – sociedade, uma vez que essa questão estará presente também, ainda que subjetivamente, nas interpretações acerca dos movimentos sociais e influenciará nas explicações para as perguntas já apresentadas anteriormente.

O primeiro expoente a se apropriar dos instrumentais das ciências naturais afim de analisar a realidade social foi o francês Augusto Comte (1798-1857), que cunhou o termo de Ciências Sociais classificando-a como o ápice da aplicabilidade do conhecimento científico justificado pela complexidade do objeto estudado, a sociedade, em relação aos das outras ciências. Além de sua classificação evolutiva das ciências, o autor se debruçou sobre a dinâmica e a estática da sociedade que lhe permitiu elaborar uma teoria da ordem, na qual os fenômenos sociais, assim como os

¹ Inclusive, antes de atribuir o nome de sociologia para o estudo da sociedade, foi cunhado o termo “fisiologia social”, de modo que “para alcançá-las (as premissas científicas) é preciso adotar o mesmo método das ciências naturais” (CASTRO, 1980 : 19)

naturais, deveriam obedecer uma ordem fundante que seria responsável pelo progresso das sociedades. O positivismo se consolida, assim, enquanto uma filosofia racionalista que visa observar os fenômenos sociais e, desse modo, categorizá-los conforme sua distinção.

Claro que a obra do autor não se resume a esses aspectos. No entanto, vale o destaque principalmente pelo caráter propositivo do autor, para quem a ciência deveria servir primeiro para avaliar e conseqüentemente realizar interferências diretas na sociedade e também pela adoção de suas ideias enquanto eixo analítico-prático por seguidores teórico que adotam sua perspicácia e a desenvolvem em outros sentidos, como fez Durkheim, e também a aplicação do positivismo como norteador de políticas para o progresso e desenvolvimento, como se deu no Brasil, o qual podemos constatar pela adoção de seu ideário na bandeira nacional do país (COMTE, 1978).

Durkheim (1858-1917), já citado anteriormente, teve acesso à obra de Comte e a partir dela, mas não apenas, tendo em vista sua formação filosófica, busca na sociedade seu objeto de estudo e desenvolve o conceito *fato social* de suma importância para a sociologia. Partindo das premissas da ciência natural, do distanciamento do objeto, fato que permite interpretá-lo sem a interferência de elementos subjetivos do cientista, o autor defende a equivalência de fatos sociais como *coisa*, que possui como características ser externo, geral e coercitivo, ou seja, são todas as representações construídas no conjunto da sociedade que serão absorvidas pelos indivíduos, exercendo certa coerção sobre estes sem que seu peso seja constantemente notado (QUINTANEIRO, 2002: 73).

O mote de sua análise circunda a questão sobre o que agrega as pessoas em sociedade. Ou seja, o modo como se desenvolve a consciência coletiva será responsável pela atribuição de sentidos às ações individuais. E, ainda, de que maneira essa consciência pode ser representada na então emergente sociedade industrial, uma vez que se distancia de sociedades que ainda não haviam desenvolvido a divisão da força de trabalho. Desse modo, para o autor, a partir do desenvolvimento e da especialização das tarefas na sociedade capitalista, as pessoas criam laços umas com as outras por não serem capazes de viver sozinhas. Estabelecem laços de coesão que resultam, segundo seus termos, em solidariedade orgânica, na qual a consciência coletiva é menos homogênea e há mais espaços para as consciências individuais (QUINTANEIRO, 2002: 81).

Durkheim focou suas análises sobre o modo como a sociedade produzia e era reproduzida pelos indivíduos, mas sem deixar muito espaço para as características, vontades ou autonomia individuais. O indivíduo, em sua teoria, não ocupa uma posição central e de agência, resultando que suas ações podem ser explicadas dentro da expectativa da consciência coletiva. Aqui a sociedade, enquanto consciência coletiva que se materializa pelos fatos sociais, é responsável pelas representações de mundo inculcadas moralmente nos seres humanos a partir das regras morais, da educação, da religião que as naturalizam e passam a ser parte efetiva de cada pessoa

(QUINTANEIRO, 2002:75). Resgatando Comte, a temática da ordem social também aparece enquanto questão constante e basilar que guiará as análises do autor, diferentemente do anterior, não se propõe intervencionista, mas analítica (MARTINS, 2006: 46). Ou seja, cria um distanciamento e um método de análise objetivo sobre os fatos sociais, e após seu exame, o cientista deve apenas revelá-las sem qualquer julgamento ou preocupação com as consequências dessa descoberta.

Entretanto, nem todas as análises sociológicas clássicas partem desse mesmo pressuposto, e para outro autor, Max Weber (1864-1920), as ações individuais e sua inserção na sociedade adquirem outra perspectiva e novos ângulos de análise interpretativa. À parte o amplo leque de alcance de sua obra, que se debruçou sobre a compreensão do capitalismo industrial nascente, sua visão sobre a ciência se diferencia por dar centralidade e atribuir sentido a ação social, que não é apenas reflexo de uma vontade coletiva, e sim uma “conduta humana (ato, omissão, permissão) dotada de um *significado subjetivo* dado por quem a executa e que *orienta* essa ação” (QUINTANEIRO, 2002:114).

Há, no cerne da questão, uma oposição metodológica ao positivismo e sua tentativa de distanciamento no trato dos fenômenos sociais. O autor considera a realidade histórica dotada de múltiplas experiências possíveis e não limitadas, cujo sentido será atribuído pelo agente da ação de acordo com suas experiências que captam significados diferenciados relativos ao contexto histórico, social e político. Weber, a partir de sua observação, cria tipos ideais de ação, que servirão de modelos para a compreensão das ações executadas pelos indivíduos e defende a obrigação do cientista em não julgar ou tentar atribuir algum significado e sim descobrir quais são os motivos racionais que levam os indivíduos a agirem de determinadas maneiras em situações específicas. Há um distanciamento, nesse raciocínio, entre o que é função do cientista – compreender os eventos culturais na sua singularidade – e do político – âmbito responsável pelo julgamento de valor e interferência na vida pública (QUINTANEIRO, 2002: 109-110).

Grosso modo, sua teoria abarca quatro tipos ideais de ação, sendo eles a ação racional com relação a fins, a ação racional com relação a valores, ação tradicional e a ação afetiva, que, como observam o autor, raramente serão encontradas no seu modo puro na realidade. Servem como guias interpretativos, que têm como ponto comum o maior ou menor grau de racionalidade atribuída a ação pelo seu agente, o que permite reiterar a posição central do indivíduo em sua análise. A sociedade é apresentada como resultado das ações racionais individuais, e não como um ente que existe para além dos indivíduos, dotada de uma força ou existência transcendental.

Importante destacar que as ações sociais são dotadas de significado coletivo e possuem significância analítica, para o autor, quando relacionadas às relações sociais reciprocamente orientadas. A crítica que o autor faz no decorrer de sua obra é sintetizada nos termos de

“desencantamento do mundo” que, amparada por suas interpretações acerca da educação, religião, direito, há, a partir do maior grau de racionalidade, especialização do conhecimento e das ações individuais uma perda qualitativa de explicações e interpretações que sejam baseadas nos saberes não racionalizados, ou seja, nas explicações encantadas, que não seguem uma lógica cartesiana, um modelo “se ..., então...” ou que não possam ser comprovados epistemológica e cientificamente (QUINTANEIRO, 2002: 132)

Outro tema no qual o autor se debruçou é a constituição e caracterização do Estado moderno, cuja definição parte da singularidade do monopólio do uso da força. Sofística, conceitualmente, a definição de poder como a “probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo com toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1984 apud QUINTANEIRO, 2002: 128) vontade essa advinda de uma gama de possibilidades, pelo uso da força, da coerção, influência, status, dinheiro etc. No entanto, existe a possibilidade do poder exercido ser acatado e até requerido, como se fosse internalizado pelas pessoas que ocupam a posição de submissão nessa relação, caracterizando, assim, dominação como “um estado de coisas pelo qual uma vontade manifesta (mandato) do dominador ou dos dominadores influi sobre os atos dos outros (do dominado ou dominados)” (WEBER, 1984 apud QUINTANEIRO, 2002:129). A grande diferença, como podemos perceber, está no fato da 'aceitação' do exercício do poder de modo a criar relações assimétricas de distribuição do mesmo.

O debate sobre a racionalidade das ações, a legitimidade da dominação, seu caráter legal e/ou afetivo e o modo como o coletivo incide sobre o indivíduo, apresentado rasamente nesse capítulo não está aqui de modo desprezioso, pelo contrário, será um debate recorrente nas análises sobre os movimentos sociais a partir do momento em que tais interpretações e questionamentos são partes constitutivas e inerentes dessa temática e irão buscar nos clássicos possíveis fontes e referências para qualificar suas posições.

E, como não poderia faltar nesse pequeno inventário, aquele que será mais consultado e resgatado pelos/as teóricos/as dos movimentos sociais e dará seu nome, acrescentado do prefixo neo, a um paradigma, Karl Marx. Marx, pode-se dizer, inaugurou uma linha interpretativa inovadora e revolucionária que serve de alicerce para a análise que ficou conhecida como “crítica” da sociedade. Usada por muitos, seja para reiterar, aprofundar ou criticar conjecturas, Marx completa a tríade dos primeiros clássicos das ciências sociais e segue sendo alvo de muitas pesquisas sobre a viabilidade de suas propostas teórica e praticamente.

Sua análise parte da leitura de uma sociedade dividida entre duas classes: a dos proprietários dos meios de produção e a dos proletários, proprietários apenas da sua força de trabalho, sendo a segunda explorada pela primeira, que se apropria irreversivelmente, através da mais-valia, da

produção excedente, com a desculpa de possuírem as máquinas e instrumentos que propiciam a produção da mercadoria. Há uma relação, intrínseca ao contexto material e histórico da sociedade, adotando assim uma perspectiva de caráter mais estrutural, mas que deixa espaço para a práxis revolucionária constituída pela transposição da ideia de classe em si para a classe para si.

O autor, se apropriando e modificando a filosofia idealista alemã, desenvolve, juntamente com Engels, seu parceiro de lutas e pensamentos, o método de análise da sociedade conhecido como materialismo histórico dialético. Partindo da compreensão que os acontecimentos são históricos e obedecem leis mudanças, buscam as explicações nas condições materiais de existência e nas relações materiais estabelecidas entre as pessoas que se organizam para produzir seus meios de vida e “inclui, ao mesmo tempo, o conhecimento de sua negação fatal, (e) de sua destruição necessária” (MARX apud QUINTANEIRO, 2002:30). Assim deveria ocorrer com a classe trabalhadora que, a partir da luta de classes, no momento adequado, ou seja, no máximo desenvolvimento da sociedade capitalista, com o maior distanciamento entre as classes opostas, e quando já insuportável a exploração dos trabalhadores, associado à tomada de consciência da classe trabalhadora, deveria impulsionar o movimento revolucionário de superação do estágio anterior. De acordo com a análise de Marx, após um período de dominação da classe operária e com a superação das desigualdades de classe, aconteceria o advento da sociedade comunista na qual já não há hierarquias ou dependência de uma classe pela outra, pois a propriedade privada dos meios de produção já foi extinta (QUINTANEIRO, 2002: 45-51)

A maior parte da crítica pelos/as autores/as dos movimentos sociais à análise marxiana é proveniente da ênfase dada pelo autor à estrutura e organização econômica da qual incidiriam as demais relações. Sendo o modo de organização de produção a estrutura que sustenta e projeta as demais instituições e organizações, como a política, a educação e o direito fazem parte da superestrutura, que não ocupa uma posição central e fundamental de ação para a transformação da sociedade. De certo modo, essa localização subjuga a luta pela igualdade de gênero, etnia, meio ambiente à luta de classes, desprovendo-as de protagonismo e atribuindo-lhes um caráter secundário. Surge então a vertente, ou como GOHN (2005) gosta de se referir, ao paradigma neo-marxista, que faz uso do método material histórico dialético de análise e compreensão da sociedade, mas, por outro lado, iguala a luta de classes, ou as de caráter econômico com as demais lutas de características identitárias. Voltarei a essa vertente na parte três.

Retomar uma parte das contribuições dos clássicos para as ciências sociais é, por um lado, reconhecer o valor inovador e o impacto histórico de criar algo num momento de profundas transformações e sobre as quais clamam por explicações que sejam condizentes com seu tempo e com as realidades que estão surgindo. Por outro, é identificar que com o passar do tempo outras

obras foram escritas, refutando, questionando, aprofundando e preenchendo lacunas que foram sendo deixadas. A impossibilidade, muitas vezes, de se compreender o presente no presente, quais os papéis dos novos atores e quais relações causais podem ser inferidas, ainda que tenham estilos de especulações contribuem com as críticas que podem ser elaboradas.

Outro limite da análise dos clássicos está circunscrita ao espaço-tempo, uma vez que fica claro que suas obras se referem ao continente europeu, num contexto do capitalismo industrial emergente que se desenvolve por um caminho que não será, necessariamente, trilhado por todos os países, de modo que

“diversos autores e autoras, situados tanto nos centros quanto nas periferias da produção da geopolítica do conhecimento, questionam o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico contidos no *mainstream* das ciências sociais” (BALLESTRIN, 2013: 109)

resultando que demais atores sociais passam a reivindicar que façamos também a nossa² interpretação da nossa realidade, que considere nossa história, nossa posição no mundo. Esse será o tema da próxima sessão.

² Nossa, nesse caso, se refere ao continente latino americano, como será explanado a seguir.

3- Pensamento sociológico decolonial

Ao mudar o local de fala/análise/interpretação surgem outras categorias, algumas são adaptadas, revalidadas e outras excluídas. Ao demandar uma fala sobre nós, estou de acordo com as/os teóricas/os que se identificam pela corrente “neocolonial” “pós-colonial” ou “decolonial”³ que, assim como as demais, não possui apenas uma linha de interpretação mas convergem no reconhecimento, no nosso caso, da América Latina enquanto uma região geográfica-política particular. Pode-se apontar um processo análogo de colonização, exploração, imposição cultural, abuso de sua terra, suas riquezas, suas águas, suas vidas e seus saberes, ou seja, uma região que viu expropriados seus 'recursos' ambientais e humanos e apropriados por outras regiões (GALEANO, 1983). Há inclusive a compreensão do surgimento da modernidade associado ao processo de colonização da América, de modo que se torna insuficiente historicizar essa região sem levar em conta os processos colonizadores e suas consequências (BALLESTRIN, 2013).

Com semelhantes circunstâncias ao doloroso e impiedoso processo de colonização e apropriação das terras e de seus frutos houve também um processo de colonização dos saberes e conhecimentos locais regionais. Sua cultura, religião, organização familiar, modos de produção, organização econômica, ritos e interpretação de mundo foram aniquilados em nome de um conhecimento colonizador, eurocêntrico, masculino que passou a dominar os demais âmbitos das vidas daquelas/es que sobreviviam resultando, atualmente, no que somos, no que acreditamos e como produzimos conhecimentos (SANTOS, 2010). A proposta decolonial surge não como uma tentativa de negar o passado/presente de colonização, mas de nos reconhecermos enquanto agentes produtores de conhecimentos que ultrapassam as interpretações, categorias, conceitos e autores clássicos (BALLESTRIN, 2013; COSTA, 2005; PRECIADO, UC, 2012; SCHERER-WARREN, 2010, SANTOS, 2010).

A partir do momento em que se altera o espaço-tempo de onde/quem fala, mudam-se também as linguagens e as referências e questiona-se o alcance, a universalidade, a objetividade do conhecimento já produzido de modo a buscar e criar uma nova linhagem. Tal postura não é inédita e nem está circunscrita a um só eixo, ao contrário, ela mobiliza e vai às raízes do processo de colonização em seus aspectos temporais, espaciais, ideológicos, práticos etc. como elabora Ballestrin

Depreendem-se do termo “pós-colonialismo” basicamente dois entendimentos. O primeiro diz respeito ao tempo histórico posterior aos

³ Não há consenso sobre qual a maneira mais adequada de se referir a esse pensamento ainda que sejam adeptos da mesma ideia. Desse modo irei usá-los como equivalentes ao conjunto de ideias que sustentam essa corrente.

processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, a independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. A outra utilização do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra (BALLESTRIN, 2013:90).

A autora menciona teóricos de origem não latina a fim de elucidar e contextualizar o surgimento do pós-colonialismo. No entanto, dentro dos propósitos do presente trabalho, vou me deter nos autores latino americanos, ainda que seja de suma importância constar que a perspectiva aqui apresentada não se restringe a esse continente. Salva guarda indispensável, uma vez que, ao procurar a “maternidade” ou a origem dos escritos pós-coloniais nos deparamos, paradoxalmente, com escritores franceses, indianos e africanos.

A primeira fase, datada entre a década de 1950 e 1970 e tendo como principais expoentes Fanon, Césaire e Memmi, surge com a meta de interpretar a história pelas vivências e experiências dos povos, das perspectivas do colonizado que, a princípio, precisa ser salvas por alguém. Talvez a dicotomia indivíduo X sociedade não seja a que prevalece nesse momento, pois surgem outros códigos binários de classificação, como colonizador/colonizado, centro/periferia. Ou seja, há um rompimento com o 'indivíduo' e 'sociedade' universal, com processos socializadores equivalentes independentes da história (econômica e política) daquele grupo e outros elementos são inseridos na análise, daí a importância em diferenciar o 'indivíduo colonizador' do 'indivíduo colonizado'⁴ até porquê o foco nesse momento é estabelecer alteridades que possibilitem identificações com os lados opostos. (BALLESTRIN, 2013:92)

Por outro lado, e como uma possível consequência, há uma continuidade descontínua daquelas primeiras ideias que, sensibilizadas pelo novo olhar, talvez de fora e cientes de sua capacidade de protagonizar tal empreitada, passa a falar por si só, não mais dependendo da mão-que-ajuda, mas, agora sim, escrevendo sua própria história, sem ingratidão ao colonizador complacente com as lutas diárias do povo colonizado.(BALLESTRIN, 2013: 93)

No Brasil esses horizontes se capilarizaram a partir da leitura de obras de Bhabha, Hall e Gilroy a partir da década de 1980, mas ainda não se consolidaram como um campo de pesquisa com referências locais. Tal fato, como observou Luciana Ballestrin, pode estar associado a posição ocupada pelo Brasil em termos de América Latina, como uma potência latino-americana, pois não

⁴ Aqui sim há uma abstração conceitual em termos de um histórico e contexto equivalentes que dispensam aprofundamentos mas que não são ingênuos ou desprovidos de singularidades, ou seja, há diferenças que ultrapassam a experiência da colonização, como o gênero e a etnia, por exemplo.

devemos ignorar que há assimetrias na distribuição de poder em relação ao mundo, as regiões, entre os países etc. de tal modo que sempre terá alguém em posição subordinada em relação a alguém.

A apresentação do pós-colonialismo abre o leque de teorias e paradigmas acerca da possibilidade de interpretação e análise do mundo por outros referenciais que não os já consagrados. Aproxima-se mais da realidade latino-americana e brasileira, sem, no entanto, perder em rigor científico, simplificar argumentos e reduzir a complexidade que engloba os fenômenos sociais. É uma alternativa construída a um modelo de ciência e pensamento que reivindica uma posição ao subalterno sem apelar para o assistencialismo acadêmico ou ignorar as alteridades e, muitos menos, se propor enquanto universal ou ambicionar explicar todos os modelos de sociedades e socialização. Assim como autores/as têm contribuído para as ciências humanas de maneira transversal, tendo em vista a revisão na sociologia, filosofia, história, antropologia, geografia, linguística, é da nossa alçada extrapolar os campos já existentes.

Nesse sentido, no próximo capítulo será abordada a temática dos movimentos sociais, seus paradigmas, linhas interpretativas e intérpretes, sempre referenciando aos pensadores clássicos, suas abordagens e conceitos. Esse resgate é necessário para criar subsídios para os argumentos que serão apresentados na última parte, de modo que possibilite a construção gradual do argumento sobre como o pensamento decolonial pode contribuir para a análise dos movimentos sociais. Desse modo, ainda que pareça uma mudança brusca, se caracteriza como um caminho não sequencial, mas que será retomado ao final.

4- Movimentos sociais

Antes de entrar propriamente no tema dos movimentos sociais é importante apresentar o modo como esses estão inseridos na temática mais abrangente sobre a participação e suas variações formais/informais e teórica/prática. Visto que a organização através dos movimentos sociais não é exclusiva, apontarei outras possibilidades de participação política, mas, devido ao caráter do trabalho, não aprofundarei nas problemáticas que envolvem cada uma delas.

A tensão estabelecida entre representação e participação (MANIN, 1995; AVRITZER, 2007; PATEMAN, 1992) tem sido desenvolvida de modo a questionar uma certa rigidez e apresenta alternativas de transformações, metamorfoses e superposições que canalizem e suportem a coexistências de maneiras institucionais e não institucionais de participação que interferem diretamente nas concepções acerca de como é e como deve ser a representação.

No Brasil o significado geral de participação está atrelado ao processo de alargamento da democracia, ocorrido principalmente após a década de 1980, tendo culminado com a Constituição de 1988 no qual a participação adota um caráter popular e de sujeitos ativos. Paradoxalmente, com a adoção da política neoliberal, a partir da década de 1990, na qual o Estado ocupa um espaço cada vez menor nos assuntos referentes à população, a participação passa a assumir um significado mais individual/ista e despolitizado (DAGNINO, 2004). A maneira mais conhecida e praticada formalmente de participação popular é o voto, que possui caráter obrigatório para indivíduos com idade entre 18 e 65 anos e facultativo para analfabetas/os e para quem tem entre 16 e 17 anos e idade superior a 66 anos.⁵ Desse modo, seu caráter, ainda que importantíssimo, não permite balizar os interesses formulados pela sociedade e caracterizá-lo como manifestação dos mesmos.

Além da participação formal, temos também os grupos que são provenientes da sociedade civil⁶ uma vez que esta “nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas” (SCHERER-WARREN, 2006:2). A sociedade civil organiza-se tanto para fins políticos, como os movimentos sociais, associações de bairro, quanto para fins de lazer/cultura/crença, como grupos de igreja, grupos de dança, bandas, times de futebol.

Quanto mais pessoas participam de diferentes tipos de associações, inserindo na agenda pública mais os diferentes interesses da sociedade passam a ser discutidos nos espaços políticos. Participar desses grupos é a garantia que diferentes demandas e interesses serão apresentados, além

⁵ São dispensados do pleito as/os estrangeiras/os, pessoas conscritas durante o período de serviço militar, pessoas privadas de liberdade e doentes mentais.

⁶ “...a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões política” (Scherer-Warren, 2006:1)

de desenvolver em seus/suas participantes um sentimento cívico, competência política e garantir a experiência de vivenciar mecanismos democráticos participativos que vão além da representação formal (LÜCHMANN, 2011).

Com o desenvolvimento da sociedade em rede - ou wi fi – a maneira de se comunicar passou por mudanças profundas, globalizando o mundo, rompendo com o tradicional esquema local - regional- nacional e permitindo que o fluxo de comunicação, trocas econômicas e distribuição de poder entre esses lugares fosse cada vez mais facilitado, relacional e interdependente, o que levou a uma “reestruturação das formas de organização e de protestos das ações coletivas e dos movimentos sociais nas últimas décadas” (GOHN, 2012:8). Essa reestruturação interfere diretamente na compreensão dos movimentos sociais, uma vez que suas identidades, seus e suas participantes, seus espaços e sua organização também sofrem alterações.

Em relação ao tema específico, pode-se afirmar que há certa pluralidade de natureza, concepções, atores envolvidos, objetivos, teorias e empirias que devem ser considerados ao definir o que são movimentos sociais. Indispensável ressaltar a pertinência desses sem ignorar questões estruturais - organizativas e ideologias subjetivas que fazem parte de sua composição, sem cair, no entanto, em uma abordagem essencialista e normativa que crie padrões inflexíveis de análises. Há de se considerar, inclusive, a mutação temporal e espacial pelas quais os movimentos estão expostos.

Os movimentos sociais enquanto “objeto” de estudo acadêmico das ciências não é recente. Há quem atribua suas raízes aos clássicos abordados na primeira parte deste trabalho, além de outros sociólogos como Parsons e Habermas. No entanto, há alguns aspectos de diferenciação e identidade entre as diversas abordagens, considerando a nacionalidade dos autores, os paradigmas adotados e as principais influências sobre cada uma. Num primeiro momento serão apresentadas as duas principais abordagens hegemônicas, a norte americana e a europeia, seus principais expoentes e os diálogos instituídos entre seus representantes, buscando suas genealogias, contextos históricos, sociais e políticos, além das principais contribuições para essa área de pesquisa. Em seguida, serão abordadas teorias latino-americanas que apropriaram paradigmas internacionais para as realidades latinas, adaptando conceitos e termos e desenvolvendo categorias sobre eventos que nos são peculiares. Por fim, pretendo amarrar a análise entrelaçando a teoria decolonial aos movimentos sociais, fugindo do simplismo da adaptação pura e procurando apontar eventuais caminhos a serem percorridos usando agora novas abordagens.

Ressalva fundamental a ser feita antes de aprofundar nas teorias já reconhecidas é a de se considerar que há transformações circunscritas ao espaço e a sua historicidade, encarregada aos/as teóricas/os decoloniais e há também as transformações recorrentes do desenvolvimento de novos

instrumentos e novas tecnologias, alterando substancialmente o entendimento sobre os movimentos sociais. O contexto atual de intensa globalização e alto desenvolvimento tecnológico no que concerne a comunicação – vide a internet e as redes sociais – que impactam, principalmente, na organização e divulgação dos movimentos, não podem passar despercebidas nessa análise ainda que o foco do trabalho não seja aprofundar nas conexões estabelecidas entre ambos.

4.1 Teorias norte americanas

Trilhando a mesma trajetória pela qual Maria da Glória Gohn (1997) percorreu e optando pelos mesmos critérios adotados, a saber, o recorte espaço-territorial a princípio, e o temporal, a posteriori (GOHN, 1997: 13), o primeiro paradigma a ser apresentado foi desenvolvido na América do Norte. Os principais expoentes eram adeptos das correntes psicossociais, de sociedade de massas, sociopolítica, funcionalismo e organizacionais – comportamentalistas, o que já fornece o gancho da forte influência do campo da psicologia para a compreensão dos movimentos sociais.

O paradigma clássico norte americano sobre os movimentos sociais é desenvolvido, aproximadamente entre 1930 até a década de 1960 e seu eixo central gira em torno da “teoria da ação social e a busca de compreensão dos comportamentos coletivos (...) analisados segundo um enfoque sociopsicológico. A ênfase na ação institucional, contraposta a não-institucional, também era uma preocupação prioritária” (GOHN, 1997: 23). De modo similar o curso da sociologia nos Estados Unidos se apropria, no seu início, de explicações ancoradas pela psicologia. A autora destaca cinco grandes correntes componentes dessa fase, que têm seu valor histórico e seminal de primeiras tentativas de sistematização acerca da temática dos movimentos sociais e ação coletiva, e servirão de referência para os paradigmas contemporâneos norte-americanos, contribuindo para o diálogo estabelecido com as teorias europeias.

(1) A primeira corrente é caracterizada por Gohn (1997:25) como constituída pela “Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos do início deste século (XX). Como um dos produtos desta corrente temos a primeira teoria sobre os movimentos sociais, no trabalho de Herbert Blumer (1949)”. A Escola de Chicago se destacou nos estudos concernentes as transformações decorrentes do acelerado processo de urbanização e as suas consequências que assolavam a cidade, assim como aquelas provenientes da sociedade industrial na Inglaterra. Da mesma maneira, impulsionou sociólogos a buscar explicações para novos fenômenos, como, nesse caso, os conflitos gerados pelas mudanças sociais. O método concebido por essa escola ficou conhecido como Interacionismo simbólico e atribui um papel central à interação entre o indivíduo, a partir de suas subjetividades psicológicas, e a sociedade, nas suas transformações.

Blumer, ao unir os principais conflitos e temas de estudo da Escola de Chicago ao Interacionismo simbólico, se destaca como o primeiro a definir movimentos sociais como “empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgem de uma situação de inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida” (GOHN, 1997: 30). Se encaixam, assim, em tipologia criada posteriormente, junto com as teorias das carências sociais, ou seja, os movimentos sociais surgem como respostas a carências decorrentes das mudanças sociais. O autor, afim de sistematizar sua obra, elabora diferentes categorizações de acordo com os objetivos dos movimentos sociais que podem ser genéricos (que seguiriam tendências culturais sem se ater a um objetivo específico e palpável), específicos ('cristalizações' e aprofundamentos dos anteriores – podem ser reformistas ou revolucionários) e expressivos (movimentos da 'moda', como religiosos, artísticos, filosóficos). Há em sua obra, um forte apelo à ordenação social, o papel dos indivíduos, com um destaque para a liderança, e uma ideia processual dos movimentos que podem surgir despreziosos mas assumem, após a euforia inicial e aprendizado organizacional, um importante papel de organização e cooperação entre os indivíduos (GOHN, 1997: 26-35).

(2) Por conseguinte, desenvolve-se entre 1940 e 1950 a segunda corrente amparada pelas teorias sobre a sociedade de massas e influenciará vertentes desenvolvidas na década de 1980. Opta-se por uma abordagem de cunho coletivista, sem se focar para as ações individuais fora do ambiente coletivo. Não clama por uma definição de movimentos sociais, mas contribui com as elaborações acerca das ações coletivas, ainda que voltada para uma esfera de anomia e carências sociais. O pensamento de Le Bon, pensador francês do final do século XIX, a partir de sua análise das massas amorfas, foi usado como base para a elaboração dessa corrente e será influência para os paradigmas norte americanos contemporâneos, principalmente a Teoria da Mobilização Política (GOHN, 1997: 35-36)

(3) A terceira corrente, intitulada como uma abordagem sociopolítica, acrescenta classes sociais, partidos e a atuação dos sujeitos em outras instituições políticas. Heberle, nesse cenário, aprimora a definição de movimentos sociais criando critérios que viabilizam a distinção de movimentos sociais de demais grupos de interesse. Os critérios para a definição de ação dos movimentos sociais seriam a “consciência grupal, sentimento de pertença ao grupo, solidariedade e identidade. Além disso os movimentos estariam sempre integrados por modelos específicos de compromissos coletivos, ideias constitutivas ou ideologias” (GOHN, 1997: 37). Assim, como nas correntes anteriores, os movimentos teriam como objetivo ordenar a sociedade e sua função estaria relacionada a criação de uma vontade comum e sua consequente organização para alcançá-la.

(4) O funcionalismo acompanhado do comportamentalismo servirão como pedra angular

para a quarta corrente, a partir da contribuição de Parsons, Turner e Smelser e suas óticas de compreensão acerca da relação entre indivíduo e sociedade na qual prevalece a ordem sistêmica, as normas, as estruturas. Ou seja, há um predomínio de uma análise macro, que busca, a partir de uma visão estrutural da sociedade na qual tudo deve funcionar perfeitamente e ocupar seu devido lugar e, em contrapartida, considera-se o indivíduo a partir de suas predisposições e seus comportamentos. Os movimentos sociais são, por um lado, consequências da desordem e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de ordenar aquelas/es que não estão dentro da ordem, como fica explícito em um ponto elaborado por Parsons, de acordo com Gohn, para o qual

“os movimentos sociais ocorrem porque há pessoas desajustadas na ordem vigente (...) (cuja) matriz teórica da análise é a teoria da estratificação social da corrente funcionalista parsoniana, cujos elementos básicos são: indivíduo-sociedade opondo-se à comunidade, e indivíduo feliz, integrante versus indivíduo desajustado, marginal. Os fatores constitutivos, geradores de “ações coletivas”, são: isolamento, percepção de injustiça, mudança de status social, falta de laços primários” (GOHN, 1997: 41-42)

A questão aqui encampada seria uma oposição entre a sociedade formada por sujeitos individuais em detrimento de uma análise do coletivo enquanto comunidade, na qual os valores dos sujeitos estão fortemente relacionados ao sentimento coletivo. Por outro lado, embora haja diferenças substanciais entre os dois autores, Turner e Smelser, o foco da análise dos movimentos sociais passa a ser o porquê ou o 'impulso' que leva seus participantes a agirem enquanto tal, e não o movimento e sua inserção no contexto sociopolítico em si.

(5) A quinta corrente, buscando seu aporte conceitual em Weber e sua análise sobre as instituições e a burocracia e em Michells, não se consolidou enquanto um grupo sólido com especificações o suficiente para criar uma nova teoria, mas serviu de base para a Teoria da Mobilização de Recursos, a ser tratada a seguir.

De modo geral, o paradigma norte-americano clássico foca nas questões institucionais e organizativas dos movimentos sociais como grupos decorrentes das mudanças sociais da sociedade norte americana. Sua definição não é delimitada de modo essencial ou natural, de modo que possibilita atribuir a designação de movimentos sociais para uma vasta gama de organização/ação social. No entanto, por ser um primeiro passo que iniciará o caminho de tantos outros, as teorias norte americanas contemporâneas, ao se apossarem do conhecimento já produzido puderam avançar e sofisticar conceitos, definições, nomenclaturas e compreender os movimentos sociais na sua complexidade enquanto inseridos no contexto social, mas sem deixar de buscar compreender a inserção dos indivíduos neles. As duas grandes teorias contemporâneas norte-americanas são a Teoria da Mobilização de Recursos – TMR ou MR e a Teoria da Mobilização Política – TMP ou

MP.

A TMR de modo bem genérico equipara os movimentos sociais a empreendimentos econômicos/financeiros e para isso vai buscar na teoria econômica escopo para sua análise, que foca nas questões organizativas estruturais, como os recursos financeiros e pessoais, prevalecendo uma análise de custo-benefício em relação a participação no movimento. A maior parte dessa corrente foi produzida na década de 1970 e 1980 principalmente por Olson, Zald e McCarthy e na década de 1990 por Tilly, que adota um viés histórico.

A MR, compreendida no seu contexto pós-1960 nos Estados Unidos, ou seja, da adoção do pensamento liberal como o mais adequado para a sociedade, no qual há forte influência do individualismo utilitário, oferece prioridade ao âmbito econômico sobre os demais. A partir disso, todas as esferas da vida possam ser comercializadas, assim como movimentos sociais que, nessa fase, são analisados como empreendimentos econômicos. Levando em conta uma organização hierarquizada com a presença de fortes lideranças, é incentivada a competição entre os movimentos por recursos financeiros e pessoais, ou seja, “a ênfase toda é colocada numa visão exclusivamente economicista, baseada na lógica racional da interação entre indivíduos, que buscam atingir metas e objetivos, e em estratégias que avaliam os custos e benefícios das ações” (GOHN, 1997:52).

McCarthy e Zald (1973 e 1977) contribuíram com a MR a partir da elaboração de duas grandes categorias de movimentos sociais, os de consenso, que teriam como meta a manutenção do *status quo*, e os de conflito, que objetivariam, de alguma maneira, mudanças nas estruturas sociais. No mesmo sentido, Oberschall, em 1973, procura descobrir quais são as causas das mobilizações que, segundo ele, se diferenciam das escolhas referentes a outros grupos e conclui que “os movimentos não surgem como resultado de um acontecimento abrupto ou dramático, mas devido ao aumento de experiências tidas como injustas ou desiguais; e podem ser estimulados por indivíduos que aumentam sua capacidade para agir coletivamente” (GOHN, 1997: 63). Vale frisar que não há menção em torno das ideologias dos movimentos em nenhum desses autores, uma vez que se debruçam principalmente sobre as questões organizacionais e secundarizam as ideias que os orientam.

As principais críticas atribuída à MR são a exclusão de elementos políticos e culturais da análise empreendida e o modo que prejudica no aprofundamento das questões identitárias e sua constituição enquanto grupo de interesse por direitos; e a sobrevalorização da racionalidade instrumental, aquela que só reconhece o *homo economicus* e restringe sua racionalidade ao custo / benefício, assim como se daria no mercado, limitando-se ao campo empírico dos recursos materiais e se distanciando da realidade da maior parte dos movimentos sociais empreendidos por valores e ideais.

No limbo entre TMR, TMP e Teoria dos Novos Movimentos Sociais, pertencente ao paradigma europeu, podemos situar Charles Tilly e sua contribuição para a definição de ação coletiva como “toda ocasião na qual um conjunto de pessoas confiam e aplicam recursos, incluindo seus próprios esforços, para fins comuns” (Tilly, 1981 apud GOHN, 1997:66). Ainda que seja condizente com as noções consensuais dos autores anteriores, sua obra avança e colabora também na análise dos movimentos sociais a partir do denominado *contentious politics*, seus ciclos de reivindicação e repertórios, sendo este último uma “expressão da interação histórica e atual entre eles (atores do movimento) e seus opositores (...) (e) corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumental e expressivas muito diferentes” (McAdam, TARROW, TILLY, 2009:). Essas últimas formulações estarão presentes também na próxima análise, da TMP.

A TMP, surge partir das críticas elaboradas à MR e de uma mudança no pano de fundo, ou seja, o desenvolvimento de teorias que superem o foco organizativo-estrutural e individual-utilitário, aparece com maior grau de sofisticação e maior complexidade teórica e conceitual. Aprimora a definição de movimentos sociais e atenta-se aos processos sociais, políticos e culturais, se distanciando da interpretação econômica e colocando a disputa por interesses no eixo central. Há, ainda um aproveitamento da ideia de consciência coletiva de Durkheim que contribui para a análise do movimento como um fenômeno com existência própria. Autores como Bourdieu e Foucault também são mobilizados a fim de trazer outras nunces para a relação entre indivíduo-sociedade, ou seja,

“enquanto a integração dos indivíduos à sociedade moderna industrial de consumo era vista como algo natural, decorrente do progresso; na MP a integração ocorre num campo de lutas e disputas. Não há mais uma ordem social de equilíbrio ou desequilíbrio, mas um contexto político favorável ou desfavorável às mobilizações.” (GOHN, 1997: 78)

Consolidada, principalmente, na década de 1990, há um empreendimento em se considerar os novos meios de comunicação e o modo como as mídias, principalmente a internet, estão interferindo no modo de organização e de movimento da sociedade civil. Os principais conceitos desenvolvidos por essa corrente se apresentam, desse modo, com a tentativa de englobar diversos âmbitos da experiência societal e não apenas a estrutura inflexível do movimento, como *frame* que “se trata de quadros estruturais que dão suporte e sustentação às ações ao expressar os significados atribuídos àquelas ações coletivas de um movimento ou grupo social e ao ser utilizados de forma estratégica para criar um conjunto de representações que expressam aqueles significados” (GOHN,

1997:87). Há uma busca pela identificação sobre 'o quê' move as pessoas, qual é sua bagagem e como ela orienta as suas predileções.

Por um lado, há uma busca nas explicações individuais de engajamento, que podem ser de injustiça, identidade ou agência, procurando demarcar um espaço social e, possivelmente, a superação de determinadas desigualdades. Por outro, sua execução precisa de um contexto favorável que viabilize as intervenções na sociedade, e esse é avaliado segundo a análise dos ciclos de protesto que, para Tarrow, coincidem com as estruturas de Oportunidades Políticas, que aparece de modo sistematizado e sintético nas palavras de Gohn

A antiga questão a respeito da criação dos movimentos é assim respondida: movimentos são criados quando oportunidades políticas abrem-se pra atores sociais que usualmente são carentes. Movimentos são produzidos quando "demonstram a existência de aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes" (Tarrow, 1994: 23). As pessoas constroem as ações coletivas por meio de repertórios conhecidos, de disputas, e pela criação de inovações ao redor de suas margens. Em suas bases há redes sociais e símbolos culturais por meio dos quais as relações sociais estão organizadas. Os quatro elementos: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais, são os materiais básicos pra a construção de um movimento social. As oportunidades políticas têm centralidade no processo. Mudanças nas oportunidades política criam novas ondas de movimentos sociais e são responsáveis por seus desdobramentos. (GOHN, 1997:98)

A MP pode ser definida, grosso modo, como a confluência entre a MR aperfeiçoada e os debates travados com os teóricos dos Novos Movimentos Sociais. Desse modo, cria-se um paradigma a partir da disputa de concepções diferenciadas de sociedades e que buscam se firmar enquanto visões hegemônicas. A contribuição de Tarrow, ao buscar a explicação dos movimentos relacionando o cenário externo a ideologias e representações de mundo é inegável.

As principais críticas outorgadas a essa vertente estão relacionadas à sua não superação de uma leitura sistêmica dos movimentos, no qual há um constrangimento do indivíduo pelas oportunidades políticas, deixando-o à deriva do contexto. Ainda que haja um aprofundamento ao universo dos movimentos, a definição permanece demasiada genérica, de modo que permite agregar ação coletiva, protestos, greves, etc, como movimentos sociais. No entanto, tais críticas devem considerar o território norte-americano e toda sua produção sociológica que gira, nessa época, em torno das questões estruturais e sistêmicas, não podendo exigir uma total desconexão com seus antecessores. Assim, ao mudarmos de continente e de raízes teóricas, poderemos perceber outra estrutura de pensamento e outros modos no trato com o mesmo tema. (GOHN, 1997)

4.2 Teorias europeias

Permanecendo nas rédeas tomadas por Gohn (1997) e sua sistematização dos grandes paradigmas sobre os movimentos sociais, na Europa após 1960 também há dois segmentos principais: os Novos Movimentos Sociais – NMS e os neomarxistas. Ambos possuem pensamentos e se constituíram, como apontado anteriormente, em diálogo com os paradigmas desenvolvidos nos Estados Unidos. No entanto, existem particularidades redefinidoras em termos de conceituação, concepções filosóficas e políticas, tendo em vista sua posição no mundo, de berço da ciência moderna e protagonista dos empreendimentos colonizadores.

(1) Os NMS se configuram, principalmente por adotar critérios culturais e identitários como centrais para a explicação e compreensão dos movimentos sociais. Distanciam-se, desse modo, de análises sistêmicas e estruturais e das visões psicológicas universalistas e são adotadas posturas de construção de identidades coletivas, difusas e não hierarquizadas. O marxismo, na sua formulação clássica é rejeitado, no entanto a sua versão atualizada serve como base de análise, uma vez que as classes não devam ser ignoradas, ainda que essa não deva ocupar a posição central requerida pelo Marx. Em termos políticos, há uma ampliação no seu campo de captura, passando do âmbito macro e institucional para seu reconhecimento nas ações diárias e na constituição das identidades individuais e coletivas (GOHN, 1997)

Os pilares teóricos que compõem esse paradigma são deveras diversificados e contam com nomes como Habermas, Foucault, Guattari, Goffman, Adorno, Deleuze, Castoriadis, além de Marx, configurando “um tipo de simbiose entre o velho idealismo alemão, com temperos do pós-guerra da Escola de Frankfurt”. Contudo, para focar nas linhas desenvolvidas especificamente sobre a teoria dos movimentos sociais, irei me ater àqueles que desenvolveram as principais vertentes dessa corrente, cada um de um país diferente, a saber o francês Touraine, o italiano Melucci, e Offe, o alemão. Evidente que eles não foram os únicos e que há semelhanças entre suas abordagens, no entanto, cada um desenvolveu um foco analítico diferenciado que possibilita, no conjunto, compreender a complexidade do tema.

Touraine muda de perspectiva no decorrer de sua trajetória, que vai de 1960 até 1990, no entanto se torna referência sobre o acionalismo dos atores coletivos. O autor chama atenção para as relações sociais e de dominação que permeiam a vida coletiva assumindo posição central para a definição de movimento social que, para ser definido enquanto tal, deve contar com três elementos constitutivos: ator, adversário e “algo que está em jogo” no conflito. Para o Touraine, “os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade. Assim, os conflitos sociais entre atores devem ser entendidos em termos normativos culturais” (GOHN, 1997:149). Por

fim, todo movimento social é também um movimento político e abarca três dimensões: classe, nação e modernização a ser identificados a partir da localização no tempo/espaço de dado movimento concebido na sociedade civil, como espaço de disputas, lutas e processos sociais.

Na abordagem italiana de Melucci, que teve reconhecimento na década de 1980, destaca-se a identidade coletiva, que, numa perspectiva construtivista, se desenvolve a partir de processos interativos e de negociação entre indivíduos e grupos, não se limitando à lógica racional de meios-fins. Os movimentos se constituem como processos de renovação e reinvenção das práticas e das identidades coletivas afim de questionar e transformar os campos de dominação e de poder, assim “os movimentos sociais são vistos como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e a política” (MELUCCI, 1994 apud GOHN, 1997: 160). Para compreender a abordagem desse autor é necessário abrir mão de uma análise engessada e identificar uma fluidez negociada, que vai se construindo e constrói, a partir da interação entre os atores, a ideia que vão fazendo do movimento e da consolidação do próprio movimento para além das individualidades.

Por fim, a abordagem neomarxista de Offe, que assim como Tilly, pode pertencer a mais de uma linhagem, e, portanto, algumas de suas ideias seriam encaixadas no próximo paradigma, que se apropria da teoria de Marx mas esboça novos parâmetros. O autor faz uso do método materialista dialético e se apropria da interpretação do sistema capitalista, a partir da luta de classes, mas, ao contrário de Marx, o modo de produção não ocupa posição central e os movimentos sociais não são adornos da estrutura. Pelo contrário, os movimentos sociais são resultados inevitáveis do desenvolvimento do sistema até então, e devem ser compreendidos no contexto atual, como resultados de um específico arranjo social. O autor ainda lança mão da noção de ideologia como “processo de consciência deformada e que contém motivações ocultas” que serão canalizadas e se formarão de modo consistente através dos movimentos sociais “cujo modo de atuar politicamente aparece como uma resposta racional a um conjunto específico de problemas” (Offe, 1988 apud GOHN, 1997: 165) inaugurando, assim, uma novidade concernente a ação política. Não obstante, com finalidade analítica, o autor faz uma cisão entre paradigmas antigos, que estariam compreendidos até 2ª segunda guerra e novos, após 1970, os quais estariam

reivindicando uma categoria intermediária, nem pública nem privada, resultado da ação coletiva, o campo de ação dos Novos Movimentos Sociais se faz(endo) num espaço de política não-institucional, cuja existência não está prevista nas doutrinas nem na prática da democracia liberal e do Estado de bem-estar social. (GOHN, 1997: 166)

Sua vertente, dentre as defendidas até então, é que melhor lida com as relações micro e

macro sem que uma se sobressaia em detrimento da outra.

(2) O segundo paradigma proeminentemente europeu está ligado diretamente a Marx e a suas obras, adotando suas categorias de análise e seu método, algumas vertentes ainda amparadas no escopo tradicional e outras realizaram uma leitura moderna e flexibilizando alguns elementos. Marx nunca escreveu sobre os movimentos sociais do modo como os concebemos hoje, pois, como já foi discutido, sua análise girou em torno do modo de produção e reprodução, principalmente pela organização do campo econômico como a estrutura da sociedade. Todavia, ao contrário dos teóricos norte americanos que viam a desordem e a mudança com maus olhos e como um fator a ser evitado, sua obra se debruça sobre a melhor maneira de revolucionar a estrutura desigual da sociedade, de modo que os/as trabalhadoras/es não sejam reféns do modo capitalista de produção. Isto posto, sua obra é apropriada e ampliada para a interpretação e análise de organizações que não apenas aquelas previstas por Marx, mas toda e qualquer que possuem ímpeto de mudança.

A vertente marxista clássica é cindida entre seus/suas seguidores/as entre o jovem Marx, na qual prevalece uma tradição humanista, e os termos mais desenvolvidos e aprofundados com maior intensidade são consciência coletiva, alienação, ideologia, práxis e solidariedade, não como a de Durkheim, mas entendida como relação social tendo como objetivo a emancipação dos trabalhadores. E aqueles que seguem o Marx maduro, que desenvolveu uma análise macro estrutural, se focando sobre os modos de produção, capital e trabalho.

Os nomes mais representativos do jovem Marx são Rosa Luxemburgo, Mao Tsé Tung e Gramsci que possuem suas particularidades, mas, no entanto, se atentaram para o modo de organização das massas, suas características, fundamentos e o protagonismo na luta pela autonomia como função crucial para a transformação da realidade. Além das singularidades, Luxemburgo ponderou as massas a partir de sua espontaneidade e capacidade de auto organização, Tung aprofundou nas contradições e práticas sociais e Gramsci contribui na ampliação na noção de Estado, sendo resultado da sociedade civil e sociedade política. Problematizou, ainda, a construção da hegemonia popular convocando os intelectuais orgânicos a fim de fomentar as mudanças estruturais. (GOHN, 1197: 176-189)

Como principais adeptos do Marx maduro, temos Lenin e Trotsky. Ambos compartilhavam de uma visão oposta aos anteriores, na qual a massa é incapaz de se organizar sozinha e precisa de uma vanguarda política, organizada e hierarquizada que seja capaz de fazer as escolhas políticas, estabelecer alianças e formular as melhores táticas. A instituição que melhor representa esse tipo de organização é o partido que centraliza as decisões e os seus partícipes cabe obedecer as ordens, mesmo que não saibam, a princípio o porquê delas e quais as possíveis consequências.

Castells, simpatizante das ideias de Marx, mas não em sua completude, integra a vertente

neomarxista, que após reciclar a teoria clássica, se apega àquelas categorias que melhor lhe convém, e analisa os Movimentos Sociais Urbanos – MSU. Ainda que tenha sofrido alterações conceituais no decorrer da carreira do autor, os MSU podem ser definidos como “práticas coletivas conscientes originárias de problemas urbanos, capazes de produzir mudanças qualitativas no sistema urbano, na cultura local e nas instituições políticas em contradição com os interesses sociais dominantes institucionalizados (Castells, 1983 apud GOHN, 1997: 192). Para compreender a definição de MSU, é preciso ter em mente que para Castells, assim como Borja e Lijkine, a trajetória dos movimentos está intrinsecamente relacionada ao uso do espaço urbano, uma vez que a distribuição espacial é tida como reflexo da divisão social do trabalho e das contradições urbanas que se produzem e reproduzem a partir do Estado. Desse modo, haveria três tipos possíveis de conflitos circunscritos ao espaço urbano, sendo eles entre o Estado e os usuários da cidade, entre Estado e capitalistas e, por fim, entre os próprios capitalistas. Há, como se percebe, um deslocamento do eixo central da análise de Marx, porém o sistema capitalista e suas desigualdades ainda compõem o pano de fundo (GOHN, 1997: 189-201).

4.3 – Teorias no Brasil

Até então foi traçado o mapeamento do panorama teórico geral e mais utilizado na análise e abordagens dos movimentos sociais. No Brasil esses paradigmas nem sempre estiveram presentes e nem foram utilizados de modo contínuo e estável, sendo que houve uma predominância temporal das interpretações marxistas, pelo fato da configuração da nossa sociedade civil e da organização da população enquanto movimento social não se aproximar das teorias norte americanas (GOHN, 1997: 218).

Destarte, diferentes vertentes hegemônicas conformaram as análises desenvolvidas no Brasil; durante as décadas de 1970 e 1980 basearam-se em teorias europeias, de modo que “houve predominância em 1970 a vertente marxista e nos anos de 1980 a abordagem dos novos movimentos sociais” (GOHN, 2012:21). Essas diferentes concepções influenciavam nos termos, focos e linguagem utilizados na análise e na escolha dos “objetos” de pesquisa referentes ao estudo de movimentos sociais. Nos anos 1990, em consonância com as mudanças referentes à participação e resultantes da adoção da política neoliberal, a análise da sociedade civil organizada, a partir, principalmente, das Organizações Não Governamentais – ONGs, substituiu a importância dos movimentos sociais, que entram em “crise” (DAGNINO, 2004).

Após os anos 2000 percebe-se uma tentativa em atualizar os paradigmas inserindo em suas análises as profundas transformações decorrentes da popularização das mídias sociais horizontais,

como a internet e as redes sociais, e os impactos dessas na organização interna e na constituição da identidade dos movimentos sociais contemporâneos, como em análise recente, nos apresenta a autora

Neste novo século a preocupação com as redes sociais e digitais leva às abordagens que as tomam como processos em andamento e busca construir metodologias para captar as conexões entre o global e o local, suas interações cognitivas a partir de rastros dados pela comunicação e mídias digitais (GOHN, 2012:25).

Por fim, estamos lidando com movimentos que experimentam novos repertórios ao fazer política sem deixar de possuir seu caráter contestatório. A flexibilização em relação às suas características permite que os atores sintam-se confortáveis em contribuir, cada um/a como pode, para o aperfeiçoamento e o alcance das demandas do coletivo e para melhorar as condições da vida em sociedade.

A apresentação breve sobre a apropriação das teorias sobre os movimentos sociais no Brasil se justifica pelo seu aprofundamento no próximo capítulo, no qual será evidente a similaridade entre o desenvolvimento das mesmas na América Latina. E, conforme já mencionado, serão apresentados modelos alternativos de interpretação que se baseiam no conhecimento produzido nessa região geográfica-política.

5-América Latina, pós-colonialismo e movimentos sociais

Assim como a maior parte dos projetos intelectuais desenvolvidos na América Latina, os estudos acerca da organização popular e dos movimentos sociais esteve influenciada, senão dominada, profundamente pelas teorias apresentadas anteriormente o que referenda, de certo modo, um padrão de análise com categorias e métodos desenvolvidos há tempos e em outras realidades.

Historicamente pode-se identificar, contudo, que embora tenhamos nos apropriado dos paradigmas estrangeiros, houve um nicho de produção intelectual que se dispôs a analisar a realidade latina a partir de categorias locais que se adéquam a nossa posição de territórios dominados. Impossível deixar de apontar, no entanto, que seja evidente a existência de assimetrias nas relações de domínio entre países latino-americanos.

As principais teorias desenvolvidas durante a década de 1960 se referem ao nosso processo de modernização, em comparação à modernização hegemônica. O modelo seguido é comparativo e evolucionista no sentido de estabelecer um “caminho ideal” pelo qual teríamos que percorrer para alcançar o pleno desenvolvimento das sociedades, com a industrialização já avançada, evidenciando, analiticamente, nossa posição de países marginais e dependentes (GOHN, 1997, CARDOSO, 1987)

Segundo levantamento realizado por Gohn, afim de explicitar os trabalhos desenvolvidos sobre movimentos sociais na América Latina, a autora evidencia a existência de movimentos em todo o continente, cuja abordagem se limita, na maioria das vezes a trabalhos descritivos e sem pretensão de construir um paradigma que seja latino-americano. Ou seja, há uma constatação de efervescência de movimentos sobre os quais, quando analisados teoricamente, sejam utilizadas análises de tradição majoritariamente europeia.

Entre os anos 1960 e 1970 o paradigma (neo)marxista era o mais usual devido, principalmente ao caráter dos movimentos aqui presentes, de tradição campestre e um forte traço de classe trabalhadora ainda que, é obvio, não como a classe operária inglesa, e sim a classe enquanto uma categoria em oposição aos detentores dos meios de produção. Há ainda um forte traço dos partidos de esquerda e da igreja católica, sem ignorar, também, o contexto de governos ditatoriais e, conseqüentemente, o pouco espaço para as liberdades políticas, e o modo que influenciaram e permearam os discursos e debates centrais nos movimentos desse tempo.

Já nos finais dos anos 1970 e 1980, com a superação, ainda que não total, dos governos ditatoriais e também pela influência dos acontecimentos de 1968 na França, os movimentos identitários passam a protagonizar os espaços de luta e, conseqüentemente, a teoria dos Novos Movimentos Sociais é mobilizada para a interpretação desses, visto que se enquadram adequadamente. Há, ainda, uma tentativa de sobreposição das macroteorias e busca-se nas relações

microsociais as explicações sobre a participação popular e sobre os movimentos sociais (CARDOSO, 1987, GOHN, 1997).

Na década de 1990 vimos o florescer das análises acerca das Organizações Não Governamentais – ONGs, Terceiro Setor e Cidadania, todas amparadas por um viés mais individual/ista, beneficente, de ajuda e o esvaziamento do caráter político. Desse modo, nessa década o debate sobre movimentos sociais sofreu um recrudescimento, sendo substituído por tipos de participação institucionalizados e desvalorizando tentativas apegadas ao coletivismo e com tendências marxistas (GOHN, 2012, DAGININO, 2004).

Pode-se afirmar que até então, além da dicotomia indivíduo-sociedade, a dicotomia presente ao analisar os movimentos sociais era opor os 'velhos' aos 'novos' movimentos sociais, ou seja, aqueles configurados por operários e a primazia do caráter econômico àqueles que, sem deixar de reconhecer a importância do aspecto econômico, traz a tona demais elementos constituintes da vida das pessoas, como gênero, etnia, etc. No entanto, a partir dos anos 2000 “o novo cenário sociopolítico e econômico altera o quadro das mobilizações advindo dos anos 1990. As dicotomias, sempre presentes nos debates internacionais sobre os movimentos mudam de foco para local/global, Norte/Sul” (GOHN, 2012:24). Essa mudança está relacionada ao desenvolvimento, mas não apenas, das teorias pós-coloniais pelo fato de haver uma mudança do foco epistêmico/político e também na tentativa de sugar o que de melhor já foi produzido, readaptando e avançando sobre debates já superados “com isto, as novas abordagens destacam identidades e subjetividades coletivas, redes de pertencimento, laços de confiança etc” (GOHN, 2012:25).

As teorias decoloniais permitem uma emancipação teórica-conceitual a partir do momento que cria condições objetivas e subjetivas de avançar no conhecimento produzido em territórios geopolíticos até então considerados como 'em desenvolvimento', categoria norte-americana cuja tentativa é criar padrões a partir de uma única escala. O que Mignolo (2008) chama de geopolítica do conhecimento é a necessidade de evidenciar a subjetividade e historicidade dos sujeitos até então excluídas pelo uso de categorias universais e hegemônicas, rompendo com o racional/moderno/colonial e dando cor, etnia, linguagem gênero a quem e de onde fala.

Outro conceito trabalhado pelo autor, mas cunhado pelo filósofo argentino Gunther Rodolfo Kusch é o de “consciência mestiça” que problematiza o fato de ser um pensador de raízes europeias, produzindo um conhecimento acadêmico. Ou seja, tensionar o fato de estar inserido no sistema que prevalece as diretrizes coloniais e, no entanto, não se sentir parte desse modelo, ainda que não possa falar enquanto um indígena ou negro. O autor apresenta uma tentativa de diminuir as experiências epistêmicas europeias com a realidade do Sul, ainda que haja uma continuidade identitária e biológica entre um e outro. Como no Brasil, por exemplo, que pelo fato de ter sido colonizado pela

Europa, elabora um pensamento que tem raízes europeias, mas que não é europeu o suficiente, por ter também as raízes indígenas e negras que permeiam, se não a academia, a culinária, a cultura, os esportes, a dança etc.

Assim, e aqui está o meu ponto de contribuição para se pensar uma análise dos movimentos sociais que superem epistemologicamente as amarras coloniais, pensados por si próprios e academicamente. Buscando nos povos originários as causas e premissas constitutivas que guiem a busca do bem comum através da organização coletiva e política, que nós, convencionalmente chamamos de movimentos sociais, criando e sistematizando novos sujeitos, identidades, categorias, repertórios etc; sem, no entanto, ignorar de que modo os empreendimentos coloniais são, em boa parte, responsáveis pelas causas que afligem esses povos.

E, caso seja possível, problematizar também de que modo as novas tecnologias podem ser ferramentas de emancipação para os movimentos, quando usadas para a organização interna, divulgação de eventos e divulgação das conquistas e, até que ponto, pode ser mais uma amarra ou mais um nível assimétrico de poder. Ou seja, qual o alcance virtual tem os grupos minoritários, sem conhecimento e suporte técnico e humano que possibilitem a mobilização? E como analisar o uso dessas ferramentas entre os grandes meios de comunicação, como jornais já consolidados e que possuem maior alcance e maior legitimidade na formação de opiniões hegemônicas aliada a exclusão, dentro do próprio sistema, dos grupos minoritários mobilizados?

Por fim, vivemos numa era de comunicação praticamente instantânea, horizontalizada – até certo ponto – que permite mobilizar uma grande quantidade de pessoas num tempo relativamente curto e de novas configurações identitárias – como a queer –, além do rompimento comunicativo das fronteiras territoriais⁷. A questão que se coloca é de que modo os movimentos sociais e suas/seus teóricas/os, inseridas/os nessa era, devem se apropriar da teoria decolonial e, a partir dela, se posicionar epistêmica, acadêmica e politicamente a partir da confluência das diversas correntes e teorias já apresentadas, sem perder sua identidade mestiça.

6-Considerações finais

⁷ O cerceamento territorial ainda é uma realidade, vide a proteção das fronteiras dos Estados Unidos da América.

O objetivo de resgatar teoricamente a literatura sobre os movimentos sociais traz consigo algumas lacunas que, inevitavelmente, ficaram expostas e ainda a não contemplação de algumas temáticas caras para a compreensão do tema que não foram abarcadas. A relação entre movimentos sociais e Estado, por exemplo, poderia ser aprofundada na sua diversidade para cada vertente, mas aí necessitaria esclarecer qual a compreensão e abrangência dessa instituição para cada corrente.

Foi mencionado, mas não de maneira complexa o suficiente, a importância dos laços e articulações estabelecidas entre os movimentos sociais e a sociedade civil e outros grupos como organizações de times, grupos de igreja, grupos culturais etc.

Admito que devido ao caráter teórico do trabalho, houve poucos exemplos concretos do que estava sendo apresentado teoricamente, de modo que poderia trazer mais elementos da realidade e me aprofundar neles. No entanto, ainda que nesse momento tenha optado pelo distanciamento empírico, acredito que seja na práxis e nas lutas diárias que os movimentos se inventam, reinventam e elaboram seus projetos políticos. Mesmo que haja a intenção em analisar os movimentos sociais recentes por uma perspectiva decolonial, ainda não foi desenvolvida uma teoria descolonizadora acerca dos movimentos sociais que supere os paradigmas já enraizados no nosso modo de análise e interpretação.

A opção pelo paradigma decolonial, apesar das contradições que os acompanha, como o fato de ter sido idealizado e ser propagado por pensadores europeus, se da pelo fato de, assim como Kusc, sentir que há um ponto cego, uma disjunção, entre todo o conhecimento produzido até então e as nossas raízes originárias. Desse modo, se apresenta como uma alternativa que pode modificar nossa resposta para a questão sobre o porquê de as pessoas se organizarem em movimentos.

E, por fim, questionar até que ponto o pensamento pós-colonial tem receptividade e capilaridade nas universidades nacionais e latino-americanos, qual o alcance do debate pós-colonial nos e pelos movimentos sociais dessa região e, para concluir, de que modo está se dando ou pode se dar o diálogo entre essas duas esferas afim de aprofundar nos saberes e nas lutas não hegemônicas.

Referência bibliográfica

AVRITZER, Leonardo. “Sociedade Civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação”. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol.50, n.3, 2007, pp.443-464.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.11 p 89 – 117, maio/agosto 2013

CARDOSO, Ruth Corrêa L. Movimentos sociais na América Latina” Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1987

CASTRO, Ana Maria. Introdução ao pensamento sociológico. RJ: Eldorado. 1980

COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva; discurso sobre o espírito positivo ; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo ; Catecismo positivista / Auguste Comte ; seleção de textos de José Arthur Giannotti ; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. — São Paulo : Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 21 n. 60, fevereiro 2006

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110. 2004

DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <www.uol.com.br/michaelis>. Acesso em: 11 nov. 2014.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 16ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1976) 1983

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (orgs). Movimentos Sociais na era global. Petrópolis: Vozes, 2012

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. In Revista Socio Política, maio 2011.

MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.10, n.29, São Paulo, 1995.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. São Paulo: Brasiliense,(1948) 2006. (Coleção primeiros passos)

McAdam, Doug, TARROW, Sidney, TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. Lua Nova, São Paulo, nº 76: 11-48, 2009.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRECIADO, Jaime, UC, Pablo. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In: GOHN, Maria da Glória, BRINGEL, Breno (orgs). Movimentos sociais na era global. Petrópolis- RJ: Vozes, 2012

QUINTANEIRO, Tania, BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira, OLIVEIRA, Márcia Gardênia. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG (1995). 2002

SANTOS, Boaventura de Souza. Descolonizar el saber, reinventar el poder. Trilce Extensión Universitaria, Montevideo, 2010

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, jan/abr. 2006

_____. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, vol. 46, n.1, p.18-27, jan/abr 2010